Edição Nº 049/2018

Foco no Planalto

Notas sobre a semana de 10 a 14 de dezembro, em Brasília.

FREIO DE ARRUMAÇÃO.

Após sua diplomação como presidente eleito nesta segunda (10), Jair Bolsonaro deve usar a semana para dar um freio de arrumação em seu partido. A disputa política entre os parlamentares eleitos por sua bancada ganhou as notícias na última semana após o vazamento de bate-boca no grupo do partido no Whatsapp envolvendo dois eleitos por São Paulo – deputada federal Joice Hasselmann e senador Major Olímpio. Uma reunião da bancada com o presidente eleito foi marcada para quarta (12) para tentar resolver a questão.

Os filhos de Bolsonaro, que tem um papel importante na organização do partido, não têm conseguido promover a gestão adequada dos desejos e vaidades de seus comandados. A briga da última semana apenas evidencia a desarticulação do grupo que vem batendo cabeça quanto a seus próximos passos, especialmente quando o assunto é a Presidência da Câmara e do Senado ou a liderança do partido.

A semana também promete ser agitada para Bolsonaro devido a polêmica o ex-motorista de Flavio Bolsonaro, eleito para o Senado Federal. O nome do ex-funcionário aparece em relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) anexado à Operação Furna da Onça por ter movimentado R$ 1,2 milhão em um ano.

Com seus 22 ministros definidos, Bolsonaro deve partir agora para estruturação de seus programas de governo. A equipe de transição vem trabalhando ativamente nas últimas semanas para desenhar o norte das políticas da próxima administração do país, contudo, pouco foi anunciado. O que se sabe até o momento é que o futuro governo irá focar em soluções administrativas durante os primeiros 60 dias, visando a simplificação de legislações e corte de gastos.

Destaques da Semana

Domingo	▪ Bolsonaro anunciou o novo ministro do meio ambiente.
Segunda	▪ Diplomação de Jair Bolsonaro no TSE.
Quarta	▪ O Comitê de Política Monetária do Banco Central (COPOM) anuncia taxa Selic na sua última reunião do ano.
Quinta	▪ STF julga não cumulatividade da Cofins.

Poder Executivo

Presidência da República	**Agenda do Presidente –** Nesta segunda (10) **Michel Temer** se reuniu pela manhã com o deputado **André Moura** (PSC/SE), líder do governo no Congresso. À tarde, o presidente se reuniu com representantes do setor de TI, dentre eles, **Jeovani Salomão**, presidente da ASSESPRO. Também estiveram presentes representantes das seguintes entidades: Brasscom,

Casa Civil	ABES, P&D Brasil e Fenainfo. **Agenda da secretária –** **Fernanda Ayres**, Secretária-Executiva Adjunta da Secretaria de Governo da Presidência, ficará afastada entre os dias 12 e 18 de dezembro, para participar da Cerimônia de Condecorações do Dia do Marinheiro no Centro Cultural do Brasil, em Beirute (Líbano); e de reunião com Banco Islâmico de Investimento, em Jidá (Arábia Saudita). **Agenda do ministro** – **Eliseu Padilha** se reuniu nesta segunda (10) com **Marcela Carvalho**, secretária-executiva da Camex para tratar sobre assuntos que serão discutidos na 119ª Reunião do Conselho de Ministros da Camex.
MCTIC Ministério da Ciência Tecnologia, Inovações e Comunicações	**Agenda Internacional** ✓ Paris (França) – Fórum Global de Segurança Digital para a Prosperidade da OCDE. ✓ Montevidéu (Uruguai) - LIII Reunião Ordinária do Subgrupo de Trabalho (SGT) Nº1 - Comunicações do Mercosul e suas Comissões Temáticas.
MDS Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome	**Agenda do ministro** – **Alberto Beltrame** participou nesta segunda (10), em Bom Retiro (SP), da I Jornada Olga kos, onde proferiu palestra sobre o tema “Inclusão da Pessoa com Deficiência”.
MDIC Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	**Agenda do ministro – Marcos Jorge** participou nesta segunda (10) de cerimônia de diplomação do presidente e vice-presidente eleitos, **Jair Bolsonaro** e **Hamilton Mourão**. **Agenda do secretário – Rafael Moreira**, secretário de Inovação e Novos Negócios, ficará afastado entre os dias 15 de dezembro e 5 de janeiro. O secretário Será substituído por **Luciano Cunha de Sousa**. **Agenda Internacional** ✓ Tóquio (Japão) – Fórum Global sobre Excesso de Capacidade do Aço. ✓ Montevidéu (Uruguai) - Reuniões de negociação do Acordo de Associação Bi regional entre Mercosul e União Europeia. ✓ Montevidéu (Uruguai) - XXIX Reunião Extraordinária da Comissão de Comércio do Mercosul (CCM). **Lista CAMEX –** Foi publicada no Diário Oficial da União de hoje (10) a Resolução Camex nº 98 que modifica a Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum (Letec). Com a medida, seis produtos foram incluídos na Letec e dois mantidos, com redução de alíquotas, e quatro foram excluídos, também com efeito de redução do Imposto de Importação (II). As alterações foram feitas com base no trabalho técnico de revisão dos produtos que estão há mais de 24 meses na Letec, como determina o art. 12 da Resolução Camex nº 22/2017, e no âmbito da revisão semestral da Letec. Veja aqui a notícia completa. **Primeira semana de dezembro tem superávit de US$ 2,019 bi –** A balança comercial brasileira registrou superávit de US$ 2,019 bilhões na

primeira semana de dezembro de 2018, que teve cinco dias úteis. O saldo é resultado de exportações no valor de US$ 5,667 bilhões e importações de US$ 3,649 bilhões. No ano, as exportações somam US$ 225,635 bilhões e as importações, US$ 171,957 bilhões, com saldo positivo de US$ 53,677 bilhões. Confira aqui os dados completos da balança comercial.

MF
Ministério da Fazenda

Agenda do ministro – Eduardo Guardia participou nesta segunda (10) de reunião com o presidente do Banco Central, **Ilan Goldfajn**, e da cerimônia de diplomação do presidente e vice-presidente eleitos, **Jair Bolsonaro** e **Hamilton Mourão**.

BC
Banco Central do Brasil

Agenda do presidente – Ilan Goldfajn participou nesta segunda (03) de reuniões com **Alexandre Barreto**, presidente do CADE; e com o ministro **Eduardo Guardia** (MF). Também esteve na cerimônia de diplomação do presidente e vice-presidente eleitos, **Jair Bolsonaro** e **Hamilton Mourão**.

Copom realiza última reunião do ano, com expectativa de manter Selic – A última reunião do ano para definir a taxa básica de juros, a Selic, será realizada na próxima terça (11) e quarta (12), em Brasília. O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) se reunirá pela oitava vez este ano. A expectativa de instituições financeiras ouvidas pelo BC é de manutenção da Selic em 6,5% ao ano, o menor patamar histórico. De outubro de 2012 a abril de 2013, a taxa foi mantida em 7,25% ao ano e passou a ser reajustada gradualmente até alcançar 14,25% em julho de 2015. Nas reuniões seguintes, a taxa foi mantida nesse patamar.

Boletim Focus – Os economistas do mercado financeiro baixaram a expectativa de inflação para 2018 e também reduziram a previsão de crescimento da economia para este ano. Para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a inflação oficial do país, o mercado financeiro reduziu a previsão de 3,89% para 3,71% para este ano. Foi a sétima queda seguida deste indicador. A expectativa do mercado segue abaixo da meta de inflação, que é de 4,5% neste ano, e dentro do intervalo de tolerância previsto pelo sistema. A meta terá sido cumprida se o IPCA ficar entre 3% e 6% em 2018.

RFB
Secretaria da Receita Federal

Prazo para consolidar dívidas do Refis começa nesta segunda – Os contribuintes que aderiram ao Programa Especial de Regularização Tributária (Pert), também conhecido como Novo Refis, devem prestar as informações à Receita Federal para consolidar o parcelamento na modalidade demais débitos (que exclui as dívidas com a Previdência Social). O prazo começa hoje (10) e vai até o dia 28. Quem não fizer o procedimento será excluído da renegociação. Na consolidação, o contribuinte deverá indicar os débitos a serem incluídos no parcelamento, com a possibilidade de incluir ou retirar dívidas; a quantidade de parcelas pretendidas e o valor dos créditos tributários – parcela que a Receita Federal deve ao contribuinte – para abatimento no débito total. Se, no momento da adesão ao Pert o contribuinte indicou indevidamente uma modalidade para a qual não tem débitos, será possível corrigir a informação.

MP
Ministério do Planejamento,

Agenda do ministro – Esteves Conalgo participou nesta segunda (10) de reunião com **Sarquis J. B. Sarquis**, VP & CRO do Novo Banco de

Desenvolvimento e Gestão	Desenvolvimento; da assinatura de protocolo de intenções entre ENAP e STJ; e da cerimônia de diplomação do presidente e vice-presidente eleitos, **Jair Bolsonaro** e **Hamilton Mourão**. **Agenda Internacional** ✓ Roma (Itália) – 125ª Reunião da Diretoria Executiva do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA). ✓ Bridgetown (Barbados) - 284ª Reunião da Diretoria Executiva do Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC). ✓ Nova York (EUA) - Reunião com bancos financiadores e acionistas de CSP no escritório Milbank, Tweed, Hadley & McCloy. ✓ Lisboa (Portugal) e Helsinque (Finlândia) - Missão Portugal e Finlândia, para troca de experiências com laboratórios de inovação no âmbito do projeto "Diálogos Setoriais União Europeia-Brasil".
MTb Ministério do Trabalho	**Agenda internacional do ministro** – **Caio Vieira de Mello** cumpriu nesta segunda (10) agenda de trabalho em Marrakesh (Marrocos), onde participou da Conferência Intergovernamental para a adoção do Pacto Global sobre Migração e de evento especial do 70º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. O ministro deve retornar para o Brasil na quinta (13). **Agenda Internacional** ✓ Genebra (Suíça) – Fórum Mundial de Diálogo sobre os desafios para o trabalho decente e produtivo resultante da digitalização nas indústrias químicas e farmacêuticas.

Poder Legislativo

Congresso Nacional Medidas Provisórias	Nesta terça (11), a Comissão Mista da **MPV 850/18**, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Agência Brasileira de Museus deve apreciar o relatório da senadora Lídice da Mata (PSB/BA); a Comissão Mista da **MPV 852/18**, que transfere imóveis do INSS para a União deve apreciar o relatório do senador Dário Berger (MDB/SC); e a Comissão Mista da **MPV 853/18**, que reabre o prazo de opção para o regime de previdência complementar, deve apreciar o relatório da deputada Rosângela Gomes (PRB/RJ). No mesmo dia, a Comissão Mista da **MPV 856/18**, que delega à Aneel a responsabilidade pela contratação de prestador emergencial e temporário do serviço público de distribuição de energia elétrica deve promover a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da comissão.
Câmara dos Deputados Plenário	Os destaques dessa semana são a apreciação da **MPV 851/18**, que autoriza a administração pública a firmar instrumentos de parceria e termos de execução de programas, projetos e demais finalidades de interesse público; e o **PLP 420/14**, que altera o Simples Nacional. O Plenário deve apreciar ainda o **PLC 459/17**, que regulamenta a securitização da dívida ativa da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios; e o **PL 9617/18**, que propõe regras para acompanhamento e

	fiscalização de obras e serviços públicos pelos cidadãos cadastrados em grupos de rede social. Na terça (11), os deputados vão eleger um representante que cabe à Câmara dos Deputados indicar para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e um representante no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Também serão eleitos os deputados indicados pelos partidos, segundo a representação proporcional, para compor a Comissão Representativa do Congresso Nacional que atuará durante o período do recesso parlamentar. Na quarta (12), ocorrerá a **sessão solene** para concessão do Prêmio Transparência e Fiscalização Pública, enquanto na quinta (13), haverá s**essão solene** para homenagear o Dia do Engenheiro e o 85º aniversário do Sistema Confea-Crea.
Visita Oficial	A Câmara dos Deputados deve receber visita oficial do presidente da Comissão de Justiça e de Supervisão da Assembleia Popular Nacional da China, **Wu Yuliang**, e delegação.
Senado Federal Plenário	Os senadores devem apreciar o **PLS 375/19**, que permite a liberação de recursos das contas vinculadas do FGTS para pagamento de prestações, amortização extraordinária ou liquidação de saldo devedor decorrentes de financiamento habitacional de filhos do trabalhador que sejam maiores de 21 anos, como também consta na pauta o **PLS 334/17**, que exclui as receitas de royalties do cálculo do limite das despesas com pessoal nos estados, Distrito Federal e municípios;

Temáticas em Pauta nas Comissões

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA Legislação da Administração Pública	Câmara | CTASP | Quarta (12) **Audiência Pública -** Apresentação de relatório da comissão de juristas encarregada de propor a consolidação da legislação sobre a Administração Pública. Foram convidados os membros da comissão de juristas.
ECONOMIA Reforma Tributária	Câmara | Comissão Especial | Terça (11) **PEC 293/04 –** Discussão e votação do relator, deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR).
Mercado de Debêntures	Câmara | GTDEBEN | Quarta (12) **Reunião Ordinária –** Grupo de Trabalho sobre o Mercado de Debêntures no Brasil. Apresentação, discussão e votação do relatório do deputado Pauderney Avelino (DEM/AM).

EDUCAÇÃO	Câmara | CE | Quarta (12)
Educação em Tempo Integral	**Seminário –** Educação em Tempo Integral. Para o evento, foram convidados a economista **Rita K. Almeida**; o representante do Instituto Natura, **Sandro Castro**; e a representante da FGV, **Tassia Cruz**, entre outros.
POLÍTICA	Câmara | Câmara dos Deputados | Terça (11)
Novos Deputados Federais	**Seminário** – Preparatório para os novos deputados federais. O evento deve ocorrer no Auditório do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados (Cefor).
	Câmara | Comissão Especial | Terça (11)
Foro Privilegiado	**PEC 333/17** – "Extinguir o Foro Especial". Discussão e votação do parecer do relator, deputado Efraim Filho (DEM/PB).

Política

Começa hoje intervenção federal em Roraima. A intervenção federal em Roraima começa oficialmente hoje (10), com a publicaçao do o Decreto 9.602 nesta segunda (10) no Diário Oficial da União. A norma traz detalhes da ação, que ocorre até 31 de dezembro. Por ordem do presidente Michel Temer, o governador eleito, Antonio Oliverio Garcia de Almeida, conhecido como Antonio Denarium (PSL), será o interventor no período. Segundo o decreto, a intervenção federal em Roraima foi definida em decorrência do "grave comprometimento da ordem pública", devido aos problemas relacionados à segurança e ao sistema penitenciário do estado. De acordo com a norma, Denarium ficará subordinado ao presidente da República e não está sujeito às normas estaduais que conflitarem com as medidas necessárias à intervenção. A medida abrange o Poder Executivo do estado. O interventor poderá requisitar a quaisquer órgãos, civis e militares, da administração pública federal, os meios necessários para a intervenção, ressalvada a competência do presidente da República para o emprego das Forças Armadas. Fonte: Agência Brasil

Temer contraria interventor e diz que entrada de venezuelanos no Brasil não será proibida. O presidente Michel Temer rebateu nesta segunda (10), o interventor de Roraima, o governador eleito Antônio Denarium (PSL), ao dizer que a entrada de venezuelanos no Brasil não será proibida. No domingo (9) Denarium havia afirmado, em entrevista à GloboNews, que faria um trabalho conjunto com o governo federal para limitar o ingresso dos vizinhos. A intervenção foi decretada na última sexta, após uma reunião de emergência ter sido convocada pelo presidente. O motivo foi a greve dos agentes penitenciários e da Polícia Militar. A medida foi determinada por Temer com o conhecimento do presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL). Fonte: Estado de S. Paulo

Major Olímpio se diz preparado para ser líder, mas que não é oferecido. Senador eleito com a maior votação registrada no estado de São Paulo, Major Olímpio (PSL) ganhou força no partido do presidente eleito, Jair Bolsonaro, e chega ao Senado com cacife para pleitear cargos de comando. Mas, sinalizando a disputa de poder que existe na sigla, ele afirma: "eu me sinto preparado para, um dia ou talvez agora, dirigir a Casa, ser líder do partido ou do governo. Simplesmente uma coisa, não sou eu quem vai definir isso. Eu não me insiro, nem fico de oferecido, mas também não me omito. Se houver o entendimento de que eu possa ser alguém para auxiliar nesse processo, muito bem. Senão, a única certeza que eu tenho, eu serei um dos 81 votos de senador", ressaltou. Fonte: Agência Brasil

TCU estará sob comando de José Mucio a partir de terça-feira. Violonista, contador de causos e apontado como conciliador, o novo presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), José Mucio Monteiro, iniciou sua carreira política na extinta Arena, partido de sustentação do regime militar, mas foi no governo petista que ganhou notoriedade nacional. Além de líder do governo na Câmara, José Mucio foi ministro das Relações Institucionais, no segundo mandato do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que o nomeou para o TCU. Após nove anos no TCU, José Mucio assumirá a presidência do tribunal nesta terça (11), com a incumbência de comandar a fiscalização dos gastos do primeiro ano de mandato do presidente eleito Jair Bolsonaro. Terá como vice a ministra Ana Arraes, que acumula a função de corregedora do tribunal. Fonte: Agência brasil

Ministério da Fazenda defende manutenção do teto de gastos. Em vigor desde 2017, o teto de gastos, que corrige as despesas federais pela inflação por 20 anos, é factível e sustentável, desde que sejam feitas as reformas fiscais necessárias para reequilibrar as contas públicas. A conclusão é de relatório divulgado pelo Ministério da Fazenda, que recomendou a manutenção do limite de despesas ao próximo governo. Para a Fazenda, a revogação do teto de gastos exigiria duas opções que sacrificariam a economia e a população. A primeira seria um aumento de tributos para cobrir a expansão descontrolada das despesas. Segundo a pasta, essa opção teria forte impacto recessivo e reduziria a possibilidade de aprovação de uma reforma tributária que racionalize a cobrança de impostos e promova o crescimento. A segunda opção que se seguiria a um eventual fim do teto de gastos seria o abandono do ajuste fiscal, que provocaria o crescimento descontrolado da dívida pública, inflação e estagnação econômica. A manutenção do limite de gastos, avalia a Fazenda, facilitaria a realização de reformas fiscais, como a da Previdência. Isso porque, sem o teto, a despesa pública voltaria a expandir-se sem controle e o governo perderia parte da economia gerada pela aprovação das novas regras. Fonte: Agência Brasil

Na reta final do ano, Congresso pauta projetos que agravam pena contra maus-tratos de animais. Na reta final dos trabalhos deste ano, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal incluíram na pauta de votação projetos que agravam a pena para quem praticar maus-tratos contra animais. A medida é em reação ao episódio do cachorro que morreu após aparecer ferido no estacionamento de um supermercado em Osasco, na Grande São Paulo. Os vídeos e fotos que mostram o animal sendo perseguido por um segurança do Carrefour com uma barra de alumínio geraram comoção e indignação nas redes sociais. O caso é investigado pelo Ministério Público de São Paulo. Hoje, a legislação prevê pena de detenção de três meses a um ano, além de multa, para quem ferir ou maltratar animais. O texto que está na Câmara aumenta a pena para reclusão de um a cinco anos, além da multa. Na semana passada, o deputado Fábio Trad (PSD-MS) comentou em plenário sobre a repercussão social da morte do cachorro e fez um apelo ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), para a inclusão na pauta. No Senado, estão pautados dois projetos em defesa dos animais. Um deles estipula multa de até mil salários mínimos para estabelecimentos que maltratarem ou abusarem de animais. Nestes casos, os abusadores também podem pegar até 3 anos de cadeia, além de arcarem com uma multa a ser determinada em processo judicial. Na justificativa a proposta, o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), que é um dos autores, cita também a repercussão do caso do cachorro no supermercado. Fonte: G1 Notícias

Eduardo Bolsonaro descarta apoio do PSL a Maia: 'outras preferências'. O deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), filho do presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL) descarta o apoio de seu partido ao atual presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), na disputa pelo comando da Casa em fevereiro do ano que vem. Questionado pelo blog neste sábado (8), ele disse que o partido – que elegeu a segunda maior bancada da Casa – tem "outras preferências". Perguntado sobre o motivo pelo qual o PSL não vê Maia como um bom candidato, ele argumentou que o deputado teria se articulado com o PT – maior bancada da Câmara – para se eleger para o comando da Casa no atual mandato. O PT é o principal adversário de Bolsonaro. Eduardo Bolsonaro ressalta que Maia tem bom trânsito na direita e seria melhor do que o PT mas, reafirma que o PSL "tem outras preferências". Fonte: G1 Notícias

11 governadores podem deixar Estados sem caixa. A menos de um mês do fim do mandato, 11 governadores correm o risco de deixar seus Estados sem caixa para cobrir despesas realizadas em sua gestão, segundo levantamento feito pelo 'Estadão/Broadcast'. A prática é vedada pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e criminalizada no Código Penal, sujeita a pena de um a quatro anos de reclusão, embora até hoje ninguém tenha sido responsabilizado formalmente. A punição foi incluída na lei para que os sucessores no cargo não encontrem uma situação de "terra arrasada" quando começarem os seus mandatos. A reportagem consultou técnicos do Tesouro Nacional para cruzar dados fornecidos pelos próprios Estados ao Ministério da Fazenda e chegar à disponibilidade de caixa de cada um deles até outubro deste ano. Depois, foram estimados o volume de despesas deste ano que ficará para o próximo exercício (os chamados "restos a pagar"), uma vez que este valor também afeta as disponibilidades financeiras dos Estados. Veja aqui a notícia completa. Fonte: O Estado de S. Paulo

Maia promete prioridade para reforma da Previdência, mas tema ainda divide grupo de Bolsonaro. Ao discursar no Encontro Anual da Indústria Química, em São Paulo, na sexta (7), o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), declarou à plateia que não há pauta legislativa capaz de tirar a prioridade da reforma da Previdência. Vista como fundamental para o equilíbrio das contas públicas, a atualização do sistema previdenciário não foi possível na gestão Michel Temer (MDB) e é considerado indispensável pela equipe do presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL), mas figuras-chave do próximo governo não têm demonstrado sintonia sobre o tema – realidade que destoa da segurança manifestada por Maia, ele mesmo às voltas com disputas pela presidência da Câmara. O problema, para o futuro governo, é que próceres do PSL, do governo de transição e da equipe econômica de Bolsonaro não conseguem se entender a respeito do assunto. O próprio presidente eleito, que chegou até a considerar a aprovação da proposta em fatias, não demonstra ter decidido o que fazer sobre a reforma a partir de 2019. Fonte: Congresso em foco

Três pautas-bomba ameaçam apertar agenda fiscal do governo Bolsonaro. O Congresso ameaça aprovar, nestas duas últimas semanas antes do recesso, pelo menos três pautas-bomba que podem deixar para o próximo governo contas estimadas em quase R$ 50 bilhões. São projetos sobre perdões de dívidas previdenciárias de produtores rurais e da Cemig (Companhia Energética de Minas Gerais) com a União e a prorrogação até 2023 de incentivos fiscais que iriam terminar no próximo dia 31. Entre as mais vultosas e polêmicas, está a proposta defendida pela bancada ruralista que concede perdão de dívidas previdenciárias a pequenos produtores rurais, com impacto estimado em R$ 34 bilhões, segundo cálculos do governo federal. Com a proposta, os ruralistas cobram a fatura por terem apoiado o presidente eleito, Jair Bolsonaro, durante a campanha eleitoral. Outro projeto gera rombo de R$ 10 bilhões, segundo informou a consultoria da Câmara, ao prorrogar incentivos fiscais concedidos à empresas localizadas nas regiões menos desenvolvidas do País pelas superintendências de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), do Nordeste (Sudene) e do Centro-Oeste (Sudeco). Um terceiro projeto sobre construção de gasodutos tem um "jabuti" que trata de uma anistia de dívida de R$ 4 bilhões da Cemig com o governo federal. Fonte: DCI

Bancada da mídia perde espaço no Congresso, mas elege três governadores. Uma campanha eleitoral marcada pela força das redes sociais online, a chamada "bancada da mídia" perdeu espaço no Congresso Nacional, mas teve força para eleger três governadores de estado. Levantamento da Folha aponta que dos 40 parlamentares eleitos em 2014 que eram sócios de emissoras de rádio e televisão, 4 não disputaram a reeleição e 11 foram derrotados nas urnas, incluindo nomes tradicionais como Romero Jucá (MDB-RR) e José Agripino Maia (DEM-RN). Por outro lado, 25 seguirão no Congresso nos próximos quatro anos —5 senadores e 20 deputados. A eles se unirão três novos deputados que declararam ser sócios de emissoras de rádio: Leur Lomanto Júnior (DEM-BA), David Soares (DEM-SP) e João Maia (PR-RN). Oficialmente, a bancada da mídia terá 28 representantes no Congresso. Mas ainda há uma legião de parlamentares ligados a emissoras mesmo não constando entre os sócios. É o caso de veteranos como o deputado federal Silas Câmara (PRB-AM), cujo irmão é sócio de uma emissora de televisão no Amazonas. Entre os novatos, há nomes como o deputado eleito Lafayette Andrada (PRB-MG), cujo pai, Bonifácio Andrada (PSDB-MG) é sócio de uma rádio em Minas, e o deputado eleito Paulo Martins (PSC-PR), que é funcionário de uma emissora da Rede Massa, ligada ao governador eleito Ratinho Júnior (PSD). Na Bahia, o senador eleito Angelo Coronel (PSD-BA) tem um assessor como gestor de uma rádio comunitária na cidade de Coração de Maria (BA), seu reduto eleitoral. Fonte: Folha de S. Paulo

Parlamentares discutem redução de emissões de gases de efeito estufa. Deputados federais e senadores que integram a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas do Congresso Nacional debateram hoje (10), como o Brasil pode desenvolver políticas de redução das emissões dos gases de efeito estufa. Eles participam da programação do Espaço Brasil, montado na 24ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 24), que está sendo sediada este ano em Katowice, Polônia. Fonte: Agência Brasil

Declaração dos Direitos Humanos chega aos 70 anos em meio a desafios. Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) completa 70 anos neste dia 10 dezembro, em tempos de desafios crescentes, quando a discriminação e a violência ainda permanecem vivos, quando centenas de milhões de mulheres e homens são destituídos e privados de condições básicas de subsistência e de oportunidades. Ao longo deste ano o MDH promoveu várias ações para frisar a importância dos artigos da DUDH. Na Esplanada dos Ministérios, vários painéis discorrem sobre os 30 artigos do documento. Na Galeria dos Estados, em Brasília, um monumento em cerâmica elaborado em parceria com alunos de escolas do DF, e apoio do MDH e Unesco, ficará na história da cidade. Fonte: ASCOM-MDH

Acordos comerciais de Temer podem elevar exportação. e concluir as negociações já em andamento, o presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), poderá promover uma importante abertura da economia brasileira por meio de acordos bilaterais em seus primeiros dois anos de governo. Estão em estágios avançados de discussão cinco acordos relevantes com os seguintes parceiros comerciais: União Europeia, EFTA (Noruega, Islândia, Suíça e Liechtenstein), Canadá, Singapura e Coreia do Sul. Com esses acordos, as exportações brasileiras teriam acesso privilegiado a um mercado três vezes mais expressivo, considerando o PIB (Produto Interno Bruto) dos países envolvidos. Hoje o Brasil só tem acordos de livre-comércio com América Latina, Egito, Israel e Palestina. As negociações de acordos bilaterais ganharam tração nos últimos dois anos. O presidente Michel Temer mudou a diretriz dos governos petistas, que viam a abertura da economia com desconfiança, e passou a investir esforços nessa área. Segundo negociadores, que pediram anonimato, falta apenas vontade política do lado europeu para concluir o acordo com Mercosul-União Europeia. Até mesmo as cotas agrícolas que interessam ao Brasil já estão sobre a mesa, restando definir só as tarifas de importação "intracota". Havia a expectativa de que esse acordo pudesse ser fechado ainda neste ano, mas o cenário piorou depois das declarações do presidente da França, Emmanuel Macron, reclamando da desistência do Brasil em sediar a conferência global sobre o clima. As negociações com os países do EFTA também estariam avançadas com perspectivas de assinar um entendimento em 2019. Noruega e Suíça, principalmente, são mercados que interessam ao Brasil por serem importadores relevantes. Com Canadá e Singapura, as conversas começaram em março deste ano, mas avançaram rápido. O objetivo é fechar esses acordos em dois anos, ou seja, até o início de 2020. Para os negociadores, a meta é ambiciosa, mas factível. O acordo com Singapura é relevante não pela quantidade de

consumidores a atingir, mas para incentivar os bilionários fundos soberanos da cidade a investir no Brasil. Já o desafio é evitar que Singapura se transforme em um entreposto de produtos chineses. Fonte: Folha de S. Paulo

COP24 prevê intensa semana de negociações em torno do Acordo de Paris. A Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas deste ano (COP24) entra na segunda semana de programação com a missão de concretizar as negociações que podem definir as regras de implementação do Acordo de Paris. É nesta reta final que chegam os ministros dos 195 países integrantes da convenção para as reuniões de alto nível. A conferência que começou no domingo passado (2), em Katowice, Polônia, vai até a próxima sexta (14). Ao longo da última semana, foram divulgados durante o evento vários estudos que apontam os riscos do aquecimento global para o meio ambiente, para a saúde humana e o desenvolvimento da economia, principalmente em regiões mais pobres com populações vulneráveis. Veja aqui a notícia completa. Fonte: Agência Brasil

Governo de Transição

Em diplomação, Bolsonaro diz que 'a soberania do voto popular é inquebrantável'. O presidente eleito Jair Bolsonaro foi diplomando na tarde desta segunda-feira, 10, em cerimônia no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Em um discurso sem improvisos, Bolsonaro, que chegou a chorar durante o evento, abriu a fala agradecendo a Deus por estar vivo, defendeu o resultado das eleições e falou que o voto popular é irreversível. "Senhoras e senhores, somos uma das maiores democracias do mundo, 120 milhões de brasileiros compareceram às urnas de forma pacífica e ordeira, respondemos ao dever cívico do voto. Nós, brasileiros, devemos nos orgulhar dessa conquista. Em um momento de profunda incertezas em várias partes do globo, somos um exemplo de que a transformação pelo voto popular é possível. Este processo é irreversível. Somos o exemplo do poder do voto. Nosso compromisso com a soberania do voto popular é inquebrantável", afirmou o presidente eleito. Fonte: O Estado de S. Paulo

Bolsonaro será diplomado hoje pelo TSE. O presidente eleito, Jair Bolsonaro, chega a Brasília hoje (10) para a cerimônia de diplomação com seu vice Hamilton Mourão, às 16h, no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Para a solenidade, foram distribuídos 700 convites. Os diplomas são assinados pela presidente do TSE, ministra Rosa Weber, que abre a sessão solene e indica dois ministros para conduzirem os eleitos ao plenário. A agenda do presidente eleito para esta semana é intensa e inclui reuniões com as bancadas do PSD, DEM, PSL, PP e PSB. Também há conversas com os governadores eleitos de Santa Catarina, Carlos Moisés da Silva (PSL), e do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB). As reuniões ocorrem no momento em que Bolsonaro já definiu toda a sua equipe ministerial. Os 22 ministros foram escolhidos. O último nome foi anunciado ontem (9), nas redes sociais, pelo próprio presidente eleito, o advogado e administrador Ricardo de Aquino Salles para o Ministério do Meio Ambiente. Fonte: Agência Brasil

Ex-secretário de Alckmin será o ministro do Meio Ambiente. O presidente eleito Jair Bolsonaro definiu ontem (9) o último integrante da Esplanada dos Ministérios, que terá 22 pastas. Em comunicado nas suas redes sociais, Bolsonaro informou que o advogado e administrador Ricardo de Aquino Salles será o ministro do Meio Ambiente. "Comunico a indicação do sr. Ricardo de Aquino Salles para estar à frente do futuro Ministério do Meio Ambiente", escreveu no Twitter. Salles é vinculado ao ex-governador de São Paulo, o tucano Geraldo Alckmin, derrotado nas eleições presidenciais deste ano. Entre 2013 e 2014, foi secretário particular de Alckmin. De 2016 a 2017, Salles foi secretário de Meio Ambiente de São Paulo. Fonte: Agência Brasil

Futuro ministro do Meio Ambiente diz que dados sobre desmatamento são genéricos e não revelam se ação é 'ilegal'. O futuro ministro do Meio Ambiente, o ex-secretário estadual do Meio Ambiente de São Paulo Ricardo de Aquino Salles, afirmou que os dados disponíveis hoje não são suficientes para analisar o desmatamento, já que se "tem um percentual geral, mas não tem qualificação do que é esse desmatamento". Além disso, disse que a discussão sobre aquecimento global não deve parar a agenda do ministério que ele assumirá em janeiro e que não há "decisão terminativa em deixar o Acordo [de Paris]". Questionado sobre o projeto de lei conhecido como 'PL do Veneno', que busca mudar a legislação em relação aos agratóxicos, Salles disse que a nomenclatura é "uma injustiça tremenda", e defendeu a rápida aprovação do texto. Fonte: G1 Noticias

Bolsonaro se reúne com seu partido, PSL, no próximo dia 12. O presidente eleito, Jair Bolsonaro, vai se reunir na próxima quarta (12) com a bancada do PSL na Câmara. Filiado ao partido, Bolsonaro vai ouvir os integrantes que divergiram nos últimos dias sobre a condução da disputa para liderança da bancada na Casa. O encontro será à tarde em Brasília, em horário a ser definido. Ao longo desta semana, Bolsonaro conversou com integrantes do MDB, PRB, PR e PSDB. A reunião com o PSL ocorre no momento em que é aguardado o nome do titular para o Ministério do Meio Ambiente. Por enquanto, 21 ministérios já têm definições. Segundo a assessoria do presidente eleito, o encontro já

estava marcado há mais de uma semana. A intenção de Jair Bolsonaro é se reunir com todas as legendas e parlamentares. Fonte: Agência Brasil

Bolsonaro diz que deve remarcar cirurgia para ir a Davos. O presidente eleito, Jair Bolsonaro, disse que a cirurgia marcada para o dia 19 de janeiro pode ser remarcada. "Eu vou quinta-feira (13), em São Paulo, e devo remarcar a [cirurgia para retirada da bolsa de colostomia] que seria 19 de janeiro. Tenho Davos [Fórum Econômico Mundial] dia 21 e pretendo ir para lá. Quero estudar com o hospital uma nova data, porque a minha vida é complicada e eles também têm uma agenda lá bastante extensa. Não pode chegar lá e ser atendido só porque sou presidente. Temos que ter um calendário", disse na porta do seu condomínio ao voltar para casa depois de ir a uma agência bancária e parar em um quiosque na praia da Barra da Tijuca para tomar água de coco. Fonte: Agência Brasil

Bolsonaro proporá alteração no sistema de votação eleitoral. O presidente eleito, Jair Bolsonaro, disse que proporá ao Congresso Nacional uma mudança no sistema de votação brasileiro já no primeiro semestre de 2019. Ao participar, por teleconferência, da Cúpula Conservadora das Américas, Bolsonaro disse que o número de votos que recebeu nas eleições deste ano deveria ter sido maior. Sem explicar o projeto, Bolsonaro disse que o objetivo é aperfeiçoar o sistema eleitoral no país. O presidente eleito justificou as críticas ao sistema eleitoral ressaltando que "o que está em jogo não é o sucesso ou o fracasso" do seu mandato, mas "o fracasso ou o sucesso do Brasil". "E o que está em jogo é a nossa liberdade. Nós sabemos das armas que eles usam para atingir o seu objetivo", declarou. "Ou mudamos agora o Brasil, ou o PT volta, com muito mais força do que tinha no final do governo Dilma Rousseff. Então, há uma preocupação sim, por parte de muita gente, por parte de outros partidos", completou. Fonte: Agência Brasil

Guedes anuncia seis secretários da nova equipe econômica. O futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, confirmou o nome de Marcelo Guaranys, ex-diretor da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), como secretário-executivo da pasta. Servidor da carreira de Analista de Finanças e Controle do Tesouro Nacional, Guaranys é mestre em Direito Público pela Universidade de Brasília e é o atual Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República. Guedes confirmou hoje, em nota, seis novos nomes de sua equipe. Como secretário geral da Fazenda, o escolhido foi Waldery Rodrigues Júnior. Engenheiro formado pelo ITA, mestre e doutor em economia, Rodrigues Junior tem larga experiência no setor público. É pesquisador concursado pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) e consultor do Senado Federal na área política econômica. O atual ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Esteves Colnago, será o secretário geral adjunto da Fazenda. O secretário geral de Desburocratização, Gestão e Governo Digital será Paulo Uebel, ex-diretor executivo do Instituto Millenium, fundado por Guedes para promover o liberalismo econômico. Ele é especialista em direito tributário, financeiro e econômico. Foi secretário de Gestão da prefeitura de São Paulo e CEO Global do Lide - Grupo de Líderes Empresariais. Servidor da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Gleisson Cardoso Rubin será o novo secretário geral adjunto de Desburocratização, Gestão e Governo Digital. Atualmente, ele ocupa o cargo de secretário-executivo do Ministério do Planejamento. O economista Carlos da Costa ocupará o cargo de secretário geral de Produtividade e Competitividade. Ele já foi diretor de Planejamento, Crédito e Tecnologia do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Antes disso, presidiu o Instituto de Performance e Liderança e foi sócio-diretor do Ibmec Educacional. Fonte: Agência Brasil

Bolsonaro pretende migrar Comunicação para a Secretaria de Governo. A Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República (Secom) deve ser vinculada à Secretaria de Governo na gestão de Jair Bolsonaro. Pela estrutura atual, é ligada diretamente à Secretaria-Geral da Presidência da República. À frente da Secom, ficará o publicitário Floriano Barbosa de Amorim Neto, assessor do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), filho do presidente eleito. Barbosa trabalha com a família há pelo menos três anos, no gerenciamento das redes sociais do deputado federal e do próprio presidente eleito. As informações foram confirmadas à Agência Brasil por assessores de Bolsonaro. A Secom será vinculada à Secretaria de Governo, cujo comando será entregue ao general Carlos Alberto dos Santos Cruz. Fonte: Agência Brasil

Equipe de Paulo Guedes faz pente-fino em isenções tributárias. Na área econômica, a equipe de transição já está fazendo um levantamento das desonerações e isenções fiscais em todos os setores da economia. Uma das propostas do futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, para eliminar o déficit nas contas do governo federal é reduzir e eliminar isenções tributárias. De acordo com cálculos do Tribunal de Contas da União (TCU), as isenções e renúncias fiscais somaram R$ 354,7 bilhões no ano passado. Durante a campanha, Paulo Guedes chegou a mencionar a possibilidade de reduzir já no ano que vem de 10 a 20% dessas isenções. Um levantamento minucioso já foi feito em relação à renúncia das contribuições previdenciárias para as entidades filantrópicas. Foram de R$ 10,2 bilhões no ano passado e devem chegar a R$ 11,1 bilhões neste ano. Fonte: G1 Notícias

PSL criará 'conselhos consultivos' para subsidiar governo Bolsonaro com propostas. O presidente do PSL, deputado federal Luciano Bivar, disse ao blog neste domingo (9) que vai levar ao presidente eleito, Jair Bolsonaro, uma proposta de criação de "conselhos consultivos" dentro do partido com canal direto aos ministros, para subsidiar o

governo. Na quarta (12), Bolsonaro vai se reunir com a bancada do PSL, partido ao qual é filiado. Bivar disse que vai apresentar a proposta ao presidente eleito na reunião. Segundo ele, a ideia é que estes conselhos internos no PSL aprovem projetos em diferentes áreas – como a aaúde – e, depois, sejam levados aos ministros das pastas. Fonte: G1 Notícias

Racha no PSL preocupa Bolsonaro, que corre risco de perder controle do Congresso na largada. O racha na bancada do PSL, com uma disputa explícita entre os deputados Eduardo Bolsonaro e Joice Hasselmann, gerou um alerta na equipe do presidente eleito, Jair Bolsonaro, que corre o risco de perder o controle sobre o comando das duas Casas do Congresso já na largada. A avaliação interna é de que Bolsonaro precisa dar um freio de arrumação em seus aliados para tentar consertar os estragos gerados até agora pela inexperiência política de quem nunca foi governo. Segundo interlocutores do presidente eleito, há muita gente falando em nome do presidente eleito quando o tema é articulação e negociações políticas com o Congresso, o que tem gerado ruídos em demasia para um governo que ainda nem começou de fato. Para amigos de Bolsonaro, ele precisa urgentemente dar esse "freio de arrumação" porque, caso contrário, o resultado será a eleição de presidentes da Câmara e do Senado com uma agenda de independência, dificultando a aprovação das propostas do futuro governo no Legislativo. Fonte: G1 Notícias

Atual secretário-executivo do PPI deve ser mantido no cargo no governo Bolsonaro. Atual secretário-executivo do PPI (Programa de Parceria em Investimentos), Adalberto Vasconcelos deve ser confirmado no comando do órgão que funcionará como central do programa de concessões e privatizações de Jair Bolsonaro. O PPI ficará vinculado à Secretaria de Governo, que será comandada pelo general Carlos Alberto dos Santos Cruz. O órgão foi bastante disputado. O vice-presidente Hamilton Mourão afirmou que o PPI ficaria vinculado a ele. Pouco depois Gustavo Bebianno, futuro ministro da Secretaria-Geral da Presidência, chegou a afirmar que o programa ficaria atrelado à sua pasta e sob os cuidados do general Maynard Marques de Santa Rosa como responsável. Fonte: Folha de S. Paulo

'Estamos ficando para trás na corrida da mão de obra'. Indicado sábado pelo futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, para comandar a nova Secretaria Geral de Produtividade e Emprego, o economista Carlos da Costa antecipou que o próximo governo vai lançar um Plano Nacional de Qualificação de Capital Humano para elevar a qualidade da mão de obra do País. Em entrevista ao Estadão/Broadcast, Costa informou que o plano prevê melhor uso dos recursos transferidos pelas empresas ao Sistema S para os programas de qualificação do trabalhador. Veja aqui a notícia completa. Fonte: O Estado de S. Paulo

Com Moro, indústria articula reduzir número de sindicatos. Após o fim do imposto sindical e a eleição de Jair Bolsonaro (PSL), a indústria quer uma reforma sindical para reduzir o número de entidades representativas de classe no país. Com a extinção do Ministério do Trabalho e a possível transferência de concessões de registros sindical para a pasta de Sergio Moro (Justiça e Segurança Pública), o setor debate formas de conter e reverter a proliferação de entidades. O país tem hoje 17 mil sindicatos ativos, 12 mil de trabalhadores e 5.000 de empregadores. Há casos como entidades com mais dirigentes que associados e redundâncias geográficas, com mais de um sindicato por cidade ou região representando o mesmo grupo. Veja aqui a notícia completa. Fonte: Folha de S. Paulo

Ministro de Bolsonaro diz que vai revisar valor da tabela do frete. O governo de Jair Bolsonaro deverá lançar novos termos para a tabela de frete rodoviário, assunto que opõe caminhoneiros e empresas que contratam transporte. De acordo com o futuro ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, a meta do próximo governo é resolver a questão o mais breve possível. "Num primeiro momento, vamos ter um carinho com a tabela, vamos revisar a tabela, estimular que o mercado a pratique", disse Freitas à agência de notícias Reuters, nesta sexta (7). A declaração foi feita um dia depois de uma liminar do ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspender a aplicação de multas para as empresas que não cumprem a tabela, decisão que revoltou caminhoneiros. Na noite de quinta, as lideranças da categoria já falavam na possibilidade de novas paralisações. "No primeiro mês (de governo), já vamos atacar isso, conversa intensa, vamos ouvir muito e acordar compromissos", disse Freitas, lembrando que a equipe de transição do novo governo já negocia com caminhoneiros, integrantes do agronegócio e parlamentares formas de solucionar a disputa sobre a tabela. Na quinta-feira pela manhã, houve uma reunião entre Freitas, o futuro ministro da Cidadania, Osmar Terra, e lideranças dos caminhoneiros. Segundo o futuro ministro, os novos termos da tabela devem acabar com atravessadores na negociação do frete. Fonte: Folha de S. Paulo

Rogério Marinho usa cotão para contratar empresa de cunhado de Henrique Alves. O deputado federal Rogério Marinho (PSDB-RN) que deve assumir a Secretaria da Previdência do futuro Ministério da Economia usou a cota parlamentar para pagar R$ 284 mil à empresa ART&C Marketing Político. Ela pertence ao cunhado de Henrique Eduardo Alves (MDB-RN) e foi apontada como uma das empresas usadas para lavagem de dinheiro em campanhas para o emedebista. Entre os sócios da empresa, está Arturo Silveira Dias de Arruda, cunhado de Henrique Alves, ex-presidente da Câmara e preso no ano passado e solto em julho deste ano. A agência de publicidade ART&C também foi alvo de mandados de busca e apreensão pela campanha do emedebista ao governo do Rio Grande do Norte em 2014.

Os serviços contratados foram declarados à prestação de contas da Câmara dos Deputados como divulgação de atividade parlamentar. Há registros desde 2012. O mais recente é de outubro desde ano. Fonte: Poder 360

Aumento de produtividade se dará sem subsídios, afirma futuro secretário do Ministério da Economia. O futuro secretário de produtividade do Ministério da Economia, Carlos da Costa, espera conseguir um crescimento do PIB nos próximos anos graças ao aumento da produtividade, mas se distanciado ao máximo de políticas de subsídio para a indústria. Durante discurso em evento da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee) na sexta (7), em São Paulo, ele afirmou que a pauta do governo Bolsonaro será com requisitos: "não pode ter mais gastos, nem subsídio, e nem proteção". O entendimento é que, reduzindo a burocracia e sem as ajudas, será possível crescer o PIB em 3,5% já em 2019, chegando a 5% em 2020. Costa ressaltou que o trabalhador brasileiro tem em média 23% da produtividade de um norte-americano, e que isso representa uma oportunidade para crescimento. Fonte: Teletime

Moro defende apuração sobre caso envolvendo ex-assessor do filho de Bolsonaro. O futuro ministro da Justiça, Sérgio Moro, defendeu nesta segunda (10) uma apuração sobre as movimentações bancárias de um ex-assessor de Flávio Bolsonaro consideradas suspeitas pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). Flávio é filho do presidente eleito, Jair Bolsonaro, e elegeu-se senador neste ano. Segundo o Coaf, um dos seus ex-assessores, Fabrício José de Carlos Queiroz, movimentou mais de R$ 1,23 milhão, entre 1º de janeiro de 2016 e 31 de janeiro de 2017. Ainda de acordo com o Coaf, Queiroz depositou R$ 24 mil na conta da futura primeira-dama, Michelle Bolsonaro. Na semana passada, ao ser questionado sobre o tema ao final de uma entrevista, Moro se retirou sem comentar o relatório do Coaf. Nesta segunda, porém, falou rapidamente sobre o caso. De acordo com o futuro ministro da Justiça, o presidente eleito "já apresentou os esclarecimentos" sobre os fatos e, se o caso não for esclarecido, deve ser investigado. Na última semana, Bolsonaro disse que o dinheiro quitou uma dívida de Queiroz com ele próprio e foi depositado na conta da futura primeira-dama por "questão de mobilidade", pois ele tem dificuldade para ir ao banco em razão da rotina de trabalho. Fonte: G1 Notícias

Futura ministra Damares Alves quer assumir também a Fundação Palmares. O novo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, que terá a Fundação Nacional do Índio (Funai) sob sua tutela, também poderá assumir o comando das atividades da Fundação Palmares, instituição que hoje está vinculada ao Ministério da Cultura. A informação foi confirmada ao Estado pela futura ministra da pasta, Damares Alves. Questionada sobre o assunto, a ministra confirmou o plano de integrar a fundação criada para incentivar a preservação da arte e da cultura afro-brasileira. “Estamos estudando isso. Pode ser que (a Fundação Palmares) fique conosco. Temos que reconhecer o bom trabalho que essa fundação já fez. Esses povos existem, estão aí e não serão ignorados”, declarou. Fonte: O Estado de S. Paulo

Judiciário

Majoração da alíquota. O Supremo Tribunal Federal (STF) julga na quinta (13) o recurso extraordinário interposto sobre a constitucionalidade da majoração da alíquota de 3% para 7,6% para as empresas optantes pela tributação considerando o lucro real, bem como a não cumulatividade da Cofins e o direito ao aproveitamento de créditos, instituídos pela Lei nº 10.833/03.

Projeção do aviso-prévio impede indenização por dispensa antes da data-base. A Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho excluiu de condenação à Companhia Espírito Santense de Saneamento (Cesan) o pagamento de indenização devida quando se dispensa empregado sem justa causa nos 30 dias que antecedem a data-base de reajuste salarial. No caso de seis empregados da Cesan, os ministros concluíram que, com o término dos contratos no último dia do aviso-prévio indenizado, as rescisões foram efetivadas após a data-base. A circunstância afastou o direito à reparação. O grupo, composto por urbanitários, requereu na Justiça a indenização prevista no artigo 9º da Lei 7.238/1984. Eles afirmaram que receberam o aviso-prévio da demissão, em 30/4/2010, um dia antes da data-base do reajuste, 1º/5. O aviso ocorreu de forma indenizada, ou seja, sem a necessidade de continuar a trabalhar. Fonte: ASCOM – TST

Projeção do aviso-prévio impede indenização por dispensa antes da data-base. A Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho excluiu de condenação à Companhia Espírito Santense de Saneamento (Cesan) o pagamento de indenização devida quando se dispensa empregado sem justa causa nos 30 dias que antecedem a data-base de reajuste salarial. No caso de seis empregados da Cesan, os ministros concluíram que, com o término dos contratos no último dia do aviso-prévio indenizado, as rescisões foram efetivadas após a data-base. A circunstância afastou o direito à reparação. O grupo, composto por urbanitários, requereu na Justiça a indenização prevista no artigo 9º da Lei 7.238/1984. Eles afirmaram que receberam o aviso-prévio da demissão, em 30/4/2010, um dia antes da data-

base do reajuste, 1º/5. O aviso ocorreu de forma indenizada, ou seja, sem a necessidade de continuar a trabalhar. Fonte: ASCOM – TST

TRF suspende liminar que impede leilão da Amazonas Energia; leilão está marcado para 17h. Na noite deste domingo, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região suspendeu uma liminar que impedia a realização do leilão da distribuidora Amazonas Energia, marcado para esta segunda (10), na sede da Bovespa, em São Paulo. O leilão está marcado para as 17h e a expectativa, segundo recorda a Guide Investimentos em relatório, é que ao menos a Oliveira Energia participe da disputa. Devido a dívidas bilionárias, a empresa será vendida por um valor simbólico de R$ 50 mil, mais um compromisso de investimentos do novo concessionário. Fonte: Agência Brasil

Bolsonaro indicará pelo menos 12 nomes no Judiciário. Nos seus 4 anos no Planalto, Bolsonaro indicará ministros para Cortes Superiores, em Brasília, e desembargadores para a Justiça Federal. A lei determina que esses magistrados devem se aposentar compulsoriamente ao completar 75 anos. Veja aqui a notícia completa. Fonte: Poder 360

Último Foco

BC concede primeira autorização para fintech de crédito. O Banco Central (BC) concedeu na última semana a primeira autorização de funcionamento para uma fintech (empresa de inovação no mercado financeiro) de crédito operar como Sociedade de Crédito Direto (SCD). Nessa modalidade, a empresa pode oferecer crédito com recursos próprios e vender suas carteiras de crédito para outras instituições financeiras. A QI Sociedade de Crédito Direto tem capital social de R$ 2 milhões, com sede em São Paulo. Em abril deste ano, o Conselho Monetário Nacional (CMN) criou dois modelos para as fintechs operarem no mercado de crédito: a SCD e a sociedade de empréstimo entre pessoas (SEP). Nesse segundo sistema, as empresas ou pessoas físicas entram numa plataforma para emprestarem dinheiro a outras pessoas, modalidade conhecida como peer-to-peer lending. O objetivo é aumentar a concorrência no sistema financeiro e fazer com que uma parcela maior da população tenha acesso a serviços financeiros, como empréstimos, seguros, investimentos e meios de pagamento. Fonte: Agência Brasil

Portaria estabelece novos parâmetros para fabricação de telefones celulares no país. O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, anunciou mudanças nas regras do Processo Produtivo Básico (PPB) para a fabricação de telefones celulares na Zona Franca de Manaus, durante almoço promovido pela Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), em São Paulo. As alterações foram publicadas no Diário Oficial da União por meio de portaria conjunta do MCTIC e do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). A decisão atende a uma demanda da indústria nacional. Também define incentivos e obrigações de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, no âmbito da Lei de Informática. A expectativa é que as fabricantes invistam até R$ 600 milhões nessas atividades, inclusive com repasses para investigações em centros de pesquisa e universidades. No mesmo evento, Gilberto Kassab destacou a ampliação da capacidade de pesquisa para que o país possa alcançar um novo patamar de desenvolvimento. Fonte: MCTIC

Semeghini será secretário executivo no MCTIC. O ex-deputado federal Julio Semeghini deve ser o futuro secretário executivo do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sob a gestão Marcos Pontes, a partir da posse do novo governo. As pastas de telecomunicações, radiodifusão e políticas digitais devem permanecer no MCTIC no novo governo, daí a relevância da indicação de Semeghini, que tem grande familiaridade com os temas. Na sexta (7), Semeghini já participou de atividades de Pontes junto com a comunidade científica. Semeghini foi deputado por quatro mandatos, de 1999 a 2014, quando presidiu a Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara. Ao lonfgo deste período, participou ativamente dos debates envolvendo a área de comunicações, especialmente telecom, no Congresso. Mesmo depois, nas secretarias que ocupou no governo paulista, manteve próximo do setor de telecomunicações. Ao longo de sua carreira, Semeghini também foi presidente da Softex e Prodesp, e recentemente ocupou as secretarias de Governo, Gestão Pública e de Planejamento do Estado de São Paulo e também secretário de Tecnologia e Serviços ao Cidadão da prefeitura paulistana. Fonte: Teletime

Faturamento das telecomunicações deverá aumentar 5% em 2018, diz Abinee. O faturamento do setor eletroeletrônico deverá crescer 7% em 2018, totalizando R$ 146,1 bilhões, segundo estimativa divulgada pela Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee). A entidade afirma que esse resultado representa um crescimento real de 2% ao descontar a inflação de 5% do setor, de acordo com o índice de Preços ao Produtor (IPP). Dentro desse universo, o faturamento de telecomunicações deverá aumentar 5%, encerrando o ano com R$ 33,489 bilhões. Desse total, a projeção é de que o faturamento em infraestrutura de telecom cresça 8% em 2018, enquanto com telefones celulares o crescimento deve ser de 4%. Mas o mercado oficial de telefones celulares encerrará o ano com queda de 6%, totalizando 47,618 milhões de unidades. Considerando os aparelhos tradicionais, a queda será de 13% (total de 2,686 milhões de dispositivos), enquanto os smartphones terão queda de 6% (total de 44,932 milhões de

handsets). A Abinee espera também um aumento de 2% na produção comparada a 2017. Já os investimentos encerrarão este ano em R$ 2,7 bilhões, aumento de 7%. Por outro lado, a utilização da capacidade instalada do setor permanece estável em 77%. Fonte: Teletime

Uber entra com documentação para abertura de capital, diz jornal. O Uber entrou com documentos para fazer sua oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês), de acordo com três pessoas familiarizadas com o assunto. É um passo mais perto de um marco importante para uma das principais empresas do Vale do Silício. A notícia foi revelada inicialmente pelo Wall Street Journal, na última sexta-feira, 7. A reportagem afirma que, segundo bancos de investimento, o Uber deve chegar à Bolsa avaliado em US$ 120 bilhões. A mais recente avaliação da empresa foi de US$ 76 bilhões, quando o Uber vendeu uma parte de suas ações para a Toyota por US$ 500 milhões. Fonte: Agência Brasil

Novo problema de segurança no Google+ afeta 52,5 milhões de pessoas. No início de outubro, o Google revelou uma falha na rede que expôs informações de mais de 500 mil usuários, incluindo nome, endereço de email e ocupações. Na época, a gigante americana programou encerrar o Google+ em agosto de 2019. Em uma publicação em seu blog nesta segunda-feira (10), o Google informou que descobriu uma segunda falha. O problema permitiu que informações de 52,5 milhões de pessoas fossem acessadas por desenvolvedores, mesmo que configuradas para permanecerem privadas. A exposição ocorreu em novembro e durou seis dias. Os dados disponíveis foram nomes, emails, endereços, ocupações e idades. Fonte: Folha de S. Paulo